



TCC/UNICAMP

Se68r

1659 FEF/280

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**A RELAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COM OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**

CARLA FERNANDA SERTORI

**CAMPINAS
2001**



CARLA FERNANDA SERTORI

**A RELAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCACAO FÍSICA
COM OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**

Monografia apresentada como
requisito parcial para obtenção do
título de Licenciada em Educação
Física, sob a orientação do Prof.
Dr. Pedro José Winterstein.

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNICAMP
2001**

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para concluir este curso, e também a minha mãe e minha irmã, que também foram fundamentais para eu ter chegado até aqui.

Agradeço também a todos que estiveram presentes na minha vida nestes 4 anos, e aos verdadeiros amigos que tenho. Muito Obrigada!

Resumo

Este trabalho é resultado de um questionamento surgido durante o curso sobre a utilização dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelos professores de Educação Física. Sendo assim, foi pesquisada a sua utilização por professores de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental da cidade de Jundiaí, através de entrevistas. Este trabalho traz, além desta pesquisa, uma explicação do que são os PCNs, qual seu conteúdo, em que contexto surgiu, e a opinião de professores da área sobre eles. O objetivo foi saber qual era a opinião dos professores que estão nas escolas sobre os PCNs, com todos os problemas e dificuldades que encontram no dia-a-dia, e se eles estão realmente usando-os. O resultado da pesquisa foi interessante, pois de uma maneira geral, os professores disseram conhecer e utilizar os PCNs, não na sua íntegra, mas adaptando-os de acordo com suas possibilidades e recursos disponíveis, mas mostraram, através das respostas, um conhecimento superficial e nada crítico sobre os PCNs, considerando “bom” e que veio “ajudar” os professores.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1: Breve histórico da Educação Física escolar no Brasil.....	3
Capítulo 2: A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais.....	8
2.1: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	8
2.2: Parâmetros Curriculares Nacionais - Documento Introdutório.....	11
2.3: Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física.....	13
Capítulo 3: Pesquisa de Campo.....	32
3.1: Metodologia.....	32
3.2: As entrevistas.....	32
3.3: A análise.....	38
Capítulo 4: Considerações Finais.....	42
Referências Bibliográficas.....	43

Introdução

Quais são os conteúdos que devemos desenvolver nas aulas de educação física na escola? E com quais finalidades?

Ainda me pergunto isso porque são tantas as coisas que aprendemos ao longo da nossa formação na faculdade, e é tão diferente a realidade que vemos no dia-a-dia das escolas. Como saber o que realmente trabalhar e de que maneira fazer?

Tenho certeza que sairei da faculdade com uma boa base e será a partir dela que desenvolverei qualquer trabalho nas escolas que venha a trabalhar.

E os professores que já atuam há pouco ou muito tempo, como será sua prática diária?

Venho particularmente me questionando sobre isso, primeiro pelas lembranças que tenho da época em que freqüentava (ou não...) as aulas de educação física na escola. Eu estudei em uma escola pública em Jundiaí da 3ª série do 1º grau (Ensino Fundamental) até a 1ª série do 2º grau (Ensino Médio). Eu me lembro que detestava fazer educação física na escola, fazia qualquer coisa para não ter que fazer as aulas, até atestados médicos eu arrumava. Nas poucas aulas que freqüentei era sempre futebol para os meninos e vôlei ou queimada para as meninas. Na 5ª série a aula de “física” separava meninos e meninas e era realizada fora do período das aulas, aí fazíamos ginástica e jogávamos vôlei ou basquete.

O principal motivo da realização deste trabalho é a curiosidade em saber se os professores da rede pública de Jundiaí estão utilizando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como norteadores de seu planejamento de aulas. Estes parâmetros foram elaborados pelo Ministério da Educação após a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Os PCNs foram muito divulgados pelo governo e pela mídia e por isso quero saber se eles chegaram realmente às escolas, e, no meu caso, se estão sendo utilizados pelos professores de educação física, especificamente professores de 5ª a 8ª séries (3º e 4º ciclos) do Ensino Fundamental, pois são nesses ciclos que lecionam professores formados em Educação Física. No 1º e 2º ciclos quem dá as aulas de educação física são os professores de sala, os chamados professores “polivalentes”.

Esse questionamento surgiu por ouvir falar muito desses PCNs em sala de aula, e não saber o que realmente eles são, e qual é o seu papel na Educação Física.

O objetivo deste trabalho é, portanto, verificar se os professores de educação física do 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental da rede pública de Jundiaí utilizam os Parâmetros Curriculares Nacionais para planejar suas aulas e o que acham deles.

Essa pesquisa será feita através de entrevistas com os professores e com as respostas dadas pelos professores constataremos a utilização e sua opinião sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Este trabalho está desenvolvido em 4 capítulos. O primeiro capítulo é um breve histórico da Educação Física escolar no Brasil. O segundo fala sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, com seus conteúdos e comentários. O terceiro trata da pesquisa de campo e dos resultados obtidos e, por fim, o quarto capítulo com as considerações finais.

Esperamos que este trabalho esclareça, ou ajude a esclarecer as dúvidas sobre a utilização dos PCNs pelos professores, e a opinião desses professores que já estão na realidade das escolas, enfrentando os problemas e dificuldades de uma escola pública.

1-Breve Histórico da Educação Física Escolar no Brasil

Neste capítulo do trabalho é feita a contextualização da educação física escolar no Brasil e são mostradas as influências que a mesma sofreu ao longo do tempo até os dias atuais.

Pode-se perceber que as mudanças ocorridas no interior da Educação Física brasileira refletiram o momento histórico vivido no país, de acordo com as características sócio-político e econômicas.

Com a independência do Brasil no final do século XIX, fez-se necessário uma educação que formasse homens fortes e saudáveis para assegurar a ordem e o desenvolvimento do país. Isso foi viabilizado instituindo-se a prática da ginástica (Educação Física) nas escolas (Sistema Nacional de Ensino), como conteúdo obrigatório, desenvolvidas por médicos higienistas, preocupados com a manutenção da saúde e o desenvolvimento de hábitos saudáveis (Castellani Filho apud Gallardo, 1997, p.16).

Essa Educação Física tinha caráter eugenista, pois visava o aperfeiçoamento e o embranquecimento da raça. A Educação Física foi vista como disciplina necessária na época, pois ela, segundo Soares (apud Gallardo, 1997, p.17),

“...encarna e expressa os gestos automatizados, disciplinados e , se faz protagonista de um corpo saudável, torna-se receita e remédio ditada para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade...”.

Os médicos dessa época entenderam que com a ginástica (Educação Física) poderiam recuperar a saúde física, mental e moral das pessoas. Com as mudanças do modelo econômico (início do século XX), agora um modelo capitalista, com as indústrias, era também primordial preparar a população para o trabalho, tornando o corpo mais produtivo.

Após essa influência na Educação Física brasileira, preocupada com a saúde das pessoas, principalmente preocupadas em desenvolver hábitos saudáveis já nas crianças dentro das escolas, veio a influência dos militares.

Depois da criação da primeira escola de formação de instrutores de Educação Física em 1907, em São Paulo, e do Centro Militar de Educação Física, os militares passaram a ser contratados como professores ou instrutores de ginástica nas escolas. Além de continuarem com as mesmas idéias e práticas dos médicos higienistas, os militares também estavam preocupados em formar os futuros militares, e que lugar melhor para isso que a escola?

Assim, temos uma Educação Física militarista, onde o adestramento físico era a forma utilizada de preparar os alunos para defender sua pátria, frente aos problemas daquele momento, nos quais estão a desestruturação da ordem político-econômica brasileira e a Primeira Guerra Mundial. Foi nesse momento que começaram a ser utilizados no Brasil os chamados métodos ginásticos, como por exemplo, os métodos francês e alemão.

Neste período a Educação Física passou a ser obrigatória em todos os níveis de ensino e segundo Castellani Filho (1993, p.120), "...à educação física, cabia a responsabilidade pelo adestramento físico do trabalhador, capacitando-o para o trabalho". Precisava-se de homens fortes, ágeis, mão-de-obra capacitada para dar força ao capitalismo recém chegado, e no pensamento da época, a força física transformava-se em força de trabalho.

A Educação Física também foi utilizada pelos militares com a intenção de desviar a atenção dos jovens das questões sociais e políticas e minimizar a atuação do movimento estudantil (Castellani Filho, 1993, p.120). Isso mostra que a Educação Física dentro da escola sempre foi utilizada para se chegar a um objetivo maior, como buscar a saúde e a higiene das pessoas, defender a pátria, capacitar e adestrar mão-de-obra e também desarticulação política.

Essas aulas, então, começaram a ser preparadas, separando meninos e meninas, pois suas características eram diferentes e, portanto, a Educação Física também deveria ser. Homens tinham que ser fortes, produtivos, futuros militares e as mulheres deveriam ser dóceis, reprodutoras de filhos fortes, futuras donas de casa. Estas características eram atribuídas apenas à classe trabalhadora, pois para os filhos da classe dominante, a Educação

Física era vista como lazer, apenas para ocupar o tempo livre (Soares apud Gallardo, 1997, p.18).

Tem-se Rui Barbosa como o maior defensor da educação física no contexto escolar. Castellani Filho (apud Gallardo, 1997, p.18) considera que os pareceres de Rui Barbosa sobre a Educação Física serviriam de “referencial a todos aqueles que, nos primórdios do período republicano vieram a defender a presença da educação física no sistema escolar brasileiro”.

Segundo Gallardo (1997, p.19), “essa maneira mecânica-utilitarista de pensar o corpo (do trabalhador), como homem-máquina, o operário-robô de fácil condicionamento, serviu como base de sustentação ideológica do pensamento burguês na Educação Física”.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Educação Física é muito influenciada por um modelo esportivo, e a escola passa a ser agora base da pirâmide esportiva brasileira, celeiro de atletas que um dia darão orgulho ao país. O modelo das aulas agora era buscado conforme os parâmetros fornecidos pelos métodos de treinamento (Soares, 1996, p.9). Vemos esse modelo de esporte escolar hoje, integrado ao sistema esportivo nacional (Castellani Filho, 1993, p.123).

Esse período propiciou muito o desenvolvimento do esporte, pois o capitalismo estava em pleno desenvolvimento. As indústrias estavam crescendo muito e a população se urbanizando, e o esporte assumia bem essas características do capitalismo como competição, rendimento. A estrutura do esporte refletia a organização da sociedade na qual estava inserida (Gallardo, 1997, p.19).

Agora o papel da Educação Física na escola era preparar o futuro trabalhador para a nova realidade do mercado, através do esporte a criança já iria adquirindo valores de vitória e derrota, de ser melhor ou pior. O esporte passa a ser, neste momento, o principal conteúdo da Educação Física escolar.

A Educação Física na legislação de 1971 (Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71) ainda é tratada como “atividade” e a aptidão física é o seu referencial fundamental (Gallardo, 1997, p.20).

A partir da década de 1970 a Educação Física perde sua especificidade e Soares (1996) aponta que “o discurso e a prática da Psicomotricidade pretendeu então substituir o

conteúdo até então predominante, de natureza esportiva”. Castellani Filho (1993, p.123) complementa que,

“a educação física passa, então, a construir sua prática pedagógica na direção da Educação Motora, do Desenvolvimento Motor, da Psicomotricidade, convicta de que a formação das aptidões motrizes é fator determinante para a assimilação das aquisições da prática social”.

A partir da década de 80, a Educação Física brasileira entra em crise. No cenário político brasileiro vive-se um processo de abertura política, de redemocratização. A Educação Física começa a ser discutida e seus papéis revistos. Começam a ocorrer estudos, seminários, congressos, publicações sobre Educação Física, promovendo novos debates, novas possibilidades para a Educação Física escolar. Foram questionadas as influências até então seguidas pela Educação Física desde sua inserção na escola, em finais do século XIX, primeiramente as influências médica e militar que marcaram sua inserção na escola e caracterizaram-se por ser uma “Educação Física domadora de corpos humanos”; suas idéias de melhoria de raça, tendo a Educação Física a função de produzir uma raça forte e enérgica; questionou-se também sua submissão após a segunda guerra mundial ao modelo de esporte-rendimento; sua adesão à psicomotricidade, que ainda permanece viva e, acima de tudo, questionou sua compreensão de corpo humano (Sousa e Vago, 1997, p.19).

Movimento do Pensamento da Educação Física	Cronologia	Conteúdo a ser ensinado na escola
1-Movimento Ginástico Europeu	Século XIX e início século XX	-Ginástica que compreendia exercícios militares; jogos; dança; esgrima; equitação; canto.
2-Movimento Esportivo	Afirma-se a partir de 1940	-Esporte- Há aqui uma hegemonização do esporte no conteúdo de ensino.
3-Psicomotricidade	Afirma-se a partir dos anos 70 até os dias de hoje	-Condutas Motoras
4- *Cultura Corporal *Cultura Física *Cultura de Movimento	Tem início no decorrer da década de 80 até nossos dias	-Ginástica, Esporte, Jogo, Dança, Lutas, Capoeira...

Quadro 1: Movimento do Pensamento da Educação Física Escolar

A Educação Física e seu conteúdo de Ensino no tempo (Soares, 1996, p.8)

Este quadro de Soares sintetiza o caminho percorrido pela Educação Física Escolar no Brasil e aponta no item 4, a Cultura Corporal, conceito que está presente e norteia os conteúdos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, termo que, como já foi dito, surgiu após a crise da Educação Física na década de 80, e hoje está muito presente, inclusive neste documento, os PCNs, que é veiculado nacionalmente.

2-A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais

2.1: A LDB

Em 20 de dezembro de 1996 tivemos a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), número 9394/96. Com certeza, esta lei trouxe e ainda trará muitas mudanças para o sistema educacional brasileiro e também conflitos entre os que concordam e os que não concordam com ela.

Na antiga LDB, a Educação Física era obrigatória em todos os graus de ensino (excluída a Educação Infantil), legitimada pelo decreto 69.450/71. Essa lei concebia Educação Física como “atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constituindo um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional”. A aptidão física constituía a influência fundamental para orientar o planejamento, o controle e a avaliação das aulas de Educação Física. O artigo 2º dessa referida lei diz: “A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino” (Brito, 1997, p.113).

Segundo Souza e Vago (1997, p.20), a nova LDB extingue esse decreto e delega a responsabilidade pela normatização do Ensino da Educação Física ao Conselho Nacional e Conselhos Estaduais de Educação, aos Sistemas de Ensino, bem como às próprias escolas.

Quanto à Educação Física, a nova LDB diz o seguinte em seu artigo 26, parágrafo 3º,

“A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

Sendo assim, a Educação Física será obrigatória nas três etapas da Educação Básica que são: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A nova LDB não explicita conceitos, objetivos nem conteúdos para o ensino da Educação Física e essa obrigatoriedade está condicionada a três fatores: a Educação Física tem que estar integrada

à proposta pedagógica da escola, ajustar-se às faixas etárias e às condições da população escolar. Essa obrigatoriedade está também explicitada no Parecer nº 376/97, de 11/06/97, do Conselho Nacional de Educação, que reafirma o parágrafo 3º do artigo 26 da nova LDB, enfatizando que a Educação Física é, sim, componente curricular da Educação Básica, “cuja oferta deverá estar integrada à proposta pedagógica da escola”.

No entanto, ela deixa de ser componente curricular obrigatório da educação superior (não há referência na nova lei sobre a Educação Física na Educação Superior) e passa a ser facultativa nos cursos noturnos de Educação Básica.

Para Sousa e Vago (1997, p.22), é importante que os cursos noturnos incluam em seu projeto pedagógico o ensino da Educação Física. É fundamental, também, que os professores apresentem argumentos sobre a contribuição do ensino da Educação Física na formação humana que a escola utiliza. E isso também vale para o Ensino Superior. A nova LDB mantém a Educação Física fora dos programas de Educação de jovens e adultos, que somente “compreenderão a base nacional comum do currículo”.

As disposições gerais para a Educação Básica da nova LDB possibilitam um entendimento de que a carga horária anual, o número de aulas e de alunos, a composição das turmas, a duração de cada aula e o espaço para o ensino da Educação Física poderão ser estabelecidos a critério de cada sistema de ensino e mesmo de cada escola isoladamente (Sousa e Vago, 1997, p.25).

“Se não mais existe uma legislação federal de ensino que dê orientações específicas para a organização do ensino da Educação Física, quanto a sua conceituação, objetivos, conteúdos, número e duração das aulas, formas de avaliação, dispensas, como a Educação Física vai se integrar a proposta pedagógica da escola?” (Souza e Vago, 1997, p.26).

Foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes curriculares Nacionais para complementar o que não foi apresentado na nova LDB, como conceitos,

objetivos, conteúdos, formas de avaliação. A partir disso, é preciso pensar e discutir as diferentes propostas de Educação Física.

As novas atribuições da unidade escolar, presentes no texto da LDB, abrem caminho para a construção de uma escola mais democrática para alunos e para os professores. Há muito a ser construído nessa direção, incorporando práticas que favoreçam a permanência desse aluno na escola, a solidariedade e a igualdade. (Brito, 1997, p.120)

Existe ainda muita discussão sobre esta nova lei, sua repercussão no ensino e seu verdadeiro papel. Brito (1997, p.116) diz que,

“pensar a LDB não é só ver maniqueistamente o bom e o ruim no texto da lei, mas é, sobretudo, refletir sobre as contradições da lei e sobre os espaços de atuação na escola e fora dela, no sentido de fazer da lei uma arma, um instrumento para lutarmos pela escola que queremos”.

Sendo assim, a escola não é apenas aquilo que a lei lhe impõe, ela é muito mais o produto das práticas diárias de seus professores, alunos, funcionários e pais e das relações que estabelece com o todo social.

“Devemos continuar tentando construir um ensino da Educação Física que possa participar da produção da cultura escolar, como um tempo e um espaço de conhecer, de provar, de criar e recriar as práticas corporais produzidas pelos seres humanos ao longo de sua história cultural, como os jogos, as brincadeiras, os esportes, as danças, as formas de ginásticas, as lutas. Fazendo isso, o ensino da Educação Física se configura como um lugar de produzir cultura, sendo os professores e os alunos os sujeitos dessa produção” (Sousa e Vago, 1997, p.27).

2.2: Parâmetros Curriculares Nacionais: Documento Introdutório

Estaremos tratando especificamente com dois documentos, que são: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais – terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental e Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física – terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental.

Volto a lembrar que estamos analisando o terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental por este ter em seu quadro professores formados em Educação Física.

Para Taffarel (1997, p.29; 32), “os Parâmetros Curriculares Nacionais são orientações do governo, através do Ministério de Educação, a respeito da DIREÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO HUMANA, nos projetos de Escolarização do Sistema Nacional de Educação, especificamente para o ensino fundamental, ou seja, representam a direção e a centralização da orientação curricular sob os auspícios do Estado. E ainda, na posição expressa pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os PCNs são a POLÍTICA EDUCACIONAL DO MEC. Seu texto tende a construir seu próprio ‘objeto’ e estabelece o seu específico ‘regime de verdade’ , vale-se de argumentos de ‘autoridade’ para que as bases e os princípios sob os quais estão fundamentados os PCNs não sejam colocados em dúvida.”

Um comentário neste ponto faz-se necessário. Mesmo estando esta colocação acima, de Taffarel, se referindo a uma versão preliminar dos Parâmetros Curriculares Nacionais, podendo muita coisa já ter sido alterada, ela cabe neste texto, pois realmente este documento dá uma direção para a Educação.

Muitos dos comentários presentes neste texto sobre os PCNs se referem a uma versão dos PCNs de 1996, portanto, diferentes da versão estudada neste trabalho, que é de 1998, mas foram colocados por serem a uma referência encontrada sobre os PCNs.

Os PCNs foram elaborados, segundo o MEC, por referências legais, LEI 5692/71 e ecos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI 9394/96, por convênios internacionais assinados pelo Brasil, na Conferência Mundial de Educação Para Todos, convocada pelo Banco Mundial, e pelo Plano Decenal de Educação.

O Documento Introdutório aos Parâmetros Curriculares Nacionais é dividido em cinco partes onde são tratados os seguintes temas:

- Educação e Cidadania;
- o Ensino Fundamental;
- os PCN e todos os seus aspectos;
- as áreas de conhecimento;
- os Temas Transversais;
- a constituição de uma referência curricular;
- os PCN e o projeto educativo da escola;
- questões sobre a escola;
- a adolescência e a juventude;
- as tecnologias da comunicação e a informação.

Os temas principais tratados neste documento, segundo Taffarel (1997, p.32) são: perfil da Educação Nacional e os PCNs - instrumentos norteadores; função social da escola; o aprender e o ensinar; tradições pedagógicas, escolarização em ciclos; definição de áreas, objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas gerais. É a fundamentação que embasa o restante dos documentos.

Todos estes assuntos tratados são de fundamental importância para uma compreensão da realidade e das necessidades do atual sistema de ensino brasileiro. O que acontece neste documento é que os autores tentam dar conta de todos os aspectos que tangem a escola, o ensino, o aluno e acabam tratando-os de maneira superficial e distante da realidade.

Paulo Renato Souza, ministro da Educação e do Desporto, se dirige aos professores no início do documento dizendo que entrega os PCNs à eles “com a intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educacional brasileiro”, e diz que espera “que os PARÂMETROS sirvam de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo da escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento das aulas, à análise e seleção dos materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para a formação e atualização profissional” (Brasil, 1998).

Este documento fala em sua introdução sobre a necessidade de construção de uma educação voltada para a cidadania. Que cidadania é essa? O que é cidadania? Ainda fala:

“os PCNs têm a intenção de provocar debates a respeito da função da escola e reflexões sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender.” Então por que os PCNs de áreas já trazem conteúdos, objetivos, avaliação já determinados? São muitos os especialistas da área de Educação Física que questionam o papel dos PCN. Serão apenas Parâmetros ou Currículos propriamente ditos? Capela (1997, p.6) afirma que “apesar de não negar, também não concordamos com a implantação de um currículo nacional mínimo, imposto pelo atual governo sob o falso rótulo de PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais”.

Os professores que deram pareceres sobre os PCNs falam dos problemas e desajustes encontrados. Os principais pontos citados foram as contradições filosóficas e científicas encontradas no Documento Introdutório, a leitura a-histórica da realidade, falam ainda que os PCNs deixam de mostrar criticamente que determinadas categorias de análises (autonomia, igualdade, etc) apresentam sentidos e significados ideologicamente diferenciados, e de que igualdade social, política e econômica, se está, em essência, falando os PCNs? Além disso, também a noção de escolaridade em ciclos apresenta-se distorcida de seu real significado.

Podemos perceber o descontentamento dos professores que analisaram o Documento Introdutório. Eles não concordam com a forma com que foi elaborado, com seu conteúdo, seus elaboradores e sua “imposição” como currículo.

Cabe, também, aos professores que vivem a realidade nas escolas, a dura realidade do ensino brasileiro, terem consciência para optar, sabendo de seu poder de decisão, de escolher e selecionar o que melhor lhe convém. Para isso é preciso ter a opção e o direito de escolha. Ouvir opiniões, ter acesso a outros materiais. Pois, na realidade, é na mão destes professores que está a educação desse país.

2.3: Parâmetros Curriculares Nacionais - Educação Física

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física são um documento específico da área, elaborado nos mesmos moldes da “Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais”.

No comentário feito pelo Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, no início do documento, ele fala sobre a finalidade do documento Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física:

“...é com imensa satisfação que entregamos aos professores das séries finais do ensino fundamental os Parâmetros Curriculares Nacionais, com a intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro” (Brasil, 1998).

Segundo o Ministro,

“os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras.(...) Esperamos que os Parâmetros sirvam de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de sua escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para sua formação e atualização profissional” (Brasil, 1998).

Segundo Souza e Vago (1997, p.137), “em uma primeira leitura dos PCN Educação Física (versão 1996) consideramos que eles ignoram a realidade educacional brasileira, apresentam uma visão de ser humano abstrata e universal, tentam buscar um consenso entre propostas divergentes de Educação Física, desprezam a produção bibliográfica da área e se fundamentam excessivamente na Psicologia.”

Para Taffarel (1997, p.48) “a proposta dos PCN, na área de Educação Física, têm por base o conhecimento do senso comum”, além do mais não são apresentados argumentos sobre a legitimidade da Educação Física no Projeto Político-Pedagógico da escola e sua importância enquanto disciplina curricular, e não mais “atividade”.

É complexo discutir os PCNs, pois eles têm um caráter nacional e sua utilização não é obrigatória. Têm-se dado muito destaque a eles, realmente com a intenção que eles sejam incorporados pelas escolas. Muitas críticas e elogios já foram feitos. Professores participantes da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) disseram que “o principal problema não seria o conteúdo das propostas – que recebeu elogios – mas a dificuldade de aplicá-los diante das carências da estrutura de ensino do país.”¹

Realmente, sabe-se que as condições das escolas públicas brasileiras são precárias, e na maioria das escolas, não há recursos suficientes. E ainda existem as grandes diferenças regionais (política, econômica, social, cultural), e de capacitação dos professores. Por isso, a educação não pode ser tratada como “única”, mas várias, porque o país também não é único, mas apresenta grandes diferenças em todos os sentidos.

Para melhor compreensão dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelos professores, o MEC (Ministério da Educação e do Desporto) criou um programa chamado “Parâmetros em Ação”, para que seja facilitada a leitura, análise e discussão dos PCNs. “A idéia do programa é de que os coordenadores capacitados pelos técnicos do ministério possam virar

1- <http://www.estado.estadao.com.br/educacao/pano/98/07/14/ger618.html>

multiplicadores nos estados, passando os conhecimentos adiante para um número cada vez maior de educadores”². A idéia é mesmo “traduzir” os PCNs para os professores. Para isso houve até a publicação de uma Síntese dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pela Editora Didática Paulista, “preocupada com a formação continuada dos professores, elaborou uma síntese das idéias principais dos PCNs, com o objetivo de contribuir para a divulgação das mesmas”³.

O MEC está se esforçando para que os professores tenham acesso aos Parâmetros Curriculares Nacionais e também os compreendam. Mas mesmo com o entendimento dos PCNs, há condições estruturais de colocá-los em prática? Além disso, eles não são um documento obrigatório, o que fazer então? O MEC está capacitando professores, baseado nos PCNs. Mas a educação não se restringe apenas aos PCNs, por isso deve-se ter cuidado para não tomá-los como verdade universal. Os professores têm o direito de fazer suas escolhas, mas para isso é preciso ter conhecimento das opções. Enfim, a questão é mais complexa do que parece e precisa ser mais discutida.

O PCN- Educação Física é organizado em duas partes. A primeira delas aborda: a síntese dos princípios que norteiam a Educação Física no Ensino Fundamental; caracterização da área; aprender e ensinar Educação Física no Ensino Fundamental e os objetivos gerais para o Ensino Fundamental. A segunda parte trata especificamente do terceiro e quarto ciclos, Educação Física, o ensinar e o aprender, os objetivos, os conteúdos, a avaliação e as orientações didáticas. Portanto, este documento realmente mostra todo o caminho que o professor pode (ou deve) seguir.

“Os PCNs de Educação Física trazem uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos” (Brasil, 1998, p.15).

2-<http://www.mec.gov.br>

3-<http://www.edial.com.br>

-A importância da Educação Física para os Parâmetros Curriculares Nacionais...

“O trabalho de Educação Física nas séries finais do Ensino Fundamental é muito importante na medida em que possibilita aos alunos uma visão sobre a cultura corporal do movimento e, assim, viabiliza a autonomia para o desenvolvimento de uma prática pessoal e a capacidade para interferir na comunidade, seja na manutenção ou na construção de espaços de participação em atividades culturais, como jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções. Ressignificar esses elementos da cultura e construí-los coletivamente é uma proposta de participação constante e responsável na sociedade.” (Brasil, 1998, p.15)

Essa idéia que os PCNs passam sobre a importância da Educação Física deveria realmente ser levada a sério, e conhecida por todos os professores da escola, não apenas os professores de Educação Física, e através dessa definição, realizar um trabalho em conjunto que possibilite aos alunos tudo o que foi citado neste tópico.

-Caracterização da área...

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física fazem uma contextualização da Educação Física ao longo do tempo no Brasil de uma forma muito simplificada, sem aprofundamento. Um documento que pretende ser veiculado nacionalmente deveria tratar melhor da história da Educação Física e de seus autores, também, pois nem são citados no documento, dando maior embasamento aos professores, que, por vezes, não têm acesso à eles.

São citadas as tendências pedagógicas da área, também, sem sequer mencionar seus autores. Fala-se das abordagens psicomotora, construtivista, desenvolvimentista (desenvolvimento motor, aprendizagem motora) e abordagens críticas. Se fossem melhor explicados, os professores poderiam compreender melhor o que são essas abordagens e optar por um estudo mais aprofundado através de outros livros, podendo trabalhar com mais clareza.

-O que é Educação Física...

Os Parâmetros Curriculares Nacionais adotaram como conceito os conteúdos da Cultura Corporal do Movimento.

“Entende-se a Educação Física como uma área de conhecimento da Cultura Corporal de Movimento e a Educação Física Escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-no para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida”. (Brasil, 1998 ,p.29)

Os conteúdos da Cultura Corporal do Movimento, atualmente, estão sendo utilizados para definir o que é e o que trabalhar em Educação Física, e agora, também, sendo apresentados aos professores pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física.

Os princípios que norteiam a Educação Física são os princípios da inclusão e o da diversidade. Realmente são princípios importantes, que ao longo da história da Educação Física foram esquecidos, ou melhor, não poderiam ser respeitados pois a forma como era concebida a Educação Física, “naturalmente” levava à seleção dos mais fortes e hábeis, desconsiderando as características individuais das pessoas.

“A Educação Física Escolar deve dar oportunidade a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos.” (Brasil, 1998 , p.29)

“O princípio da inclusão do aluno é o eixo fundamental que norteia a concepção e a ação pedagógica da Educação Física Escolar, considerando todos os aspectos e elementos, seja na sistematização de conteúdos e objetivos, seja no processo de ensino aprendizagem, para evitar a exclusão ou alienação na relação com a cultura corporal do movimento” (Brasil, 1998, p.30).

É muito importante que isso realmente seja levado a sério para que todos tenham a possibilidade de conhecer e vivenciar os conteúdos da Cultura Corporal do Movimento.

-Mídia e Cultura Corporal do Movimento...

“A Educação Física deverá manter um permanente diálogo crítico com a mídia, trazendo-a pra dentro da escola, como um novo dado relacionado à cultura corporal do movimento.(...) A crescente divulgação, pela mídia, das atividades corporais pode ser positiva como estímulo à prática e à divulgação da cultura corporal, mas negativa quando agrega valores e reproduz modelos estereotipados. Mais uma vez busca-se apontar para a necessidade de estimular no aluno a reflexão crítica sobre as relações que envolvem o consumo”.

Aí foi tocado um ponto muito importante e interessante de ser trabalhado. O professor deve dar atenção especial a esse ponto, mostrando a realidade e situando-os na relação de mercado existente.

Para os PCN, “é tarefa da Educação Física escolar garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuir para a construção de seu estilo pessoal de praticá-las, e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-los criticamente”, e além disso, também “é responsabilidade da Educação Física escolar diversificar, desmistificar, contextualizar e, principalmente, relativizar valores e conceitos da cultura corporal do movimento.” (Brasil, 1998 ,p.30)

Os assuntos tratados nos PCNs são realmente relevantes, mas não são capazes de, sozinhos, dar conta da Educação de um país tão grande e tão diversificado. A realidade está muito além de um simples documento, é preciso estar ciente das condições encontradas no dia-a-dia da Educação, para compreender sua complexidade.

-O que, para quem e como ensinar...

A abordagem dos conteúdos escolares é feita em forma de procedimentos, conceitos e atitudes.

O professor deve conhecer o aluno na sua totalidade e garantir a vivência prática da experiência corporal. Na aprendizagem e no ensino da cultura corporal, trata-se basicamente de acompanhar a experiência prática e reflexiva dos conteúdos na aplicação dentro de contextos significativos (Brasil, 1998, p.46).

“Em síntese, o que se quer ressaltar é que nem os alunos, nem os conteúdos e tampouco os processos de ensino e aprendizagem são virtuais ou ideais, mas sim reais, vinculados ao que é possível em cada situação e em cada momento.(...) O receio ou a vergonha do aluno em correr riscos de segurança física é motivo suficiente para que ele se negue a participar de uma atividade, e em hipótese alguma o aluno deve ser obrigado ou constrangido a realizar qualquer atividade. As propostas devem desafiar e não ameaçar o aluno.(...) Na escola, ao considerar as opiniões e os interesses dos alunos no intuito de viabilizar a inclusão de todos, em última instância quem determina o caráter de cada dinâmica coletiva é o professor. Esse é um dos aspectos que distingue a prática da cultura corporal de movimento dentro e fora da escola” (Brasil, 1998, p.47)

É importante deixar claro o papel do professor. Nesse aspecto ficou bem definido pois o professor tem de direcionar as propostas, intervir mas garantir a participação dos alunos, deixando com eles o papel principal da aula, e sendo apenas um coadjuvante, auxiliando quando necessário.

-Portadores de necessidades especiais...

“Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de necessidades especiais tendem a ser excluídos das aulas de Educação Física, é fundamental, entretanto, que alguns cuidados sejam tomados.(...) nos contextos em que não houver professores preparados para atuar com esse tipo de população é necessário que haja orientação médica e, em alguns casos, a supervisão de um especialista em fisioterapia, um neurologista, psicomotricista ou psicólogo, pois as restrições de movimento, posturas e esforço podem implicar graves riscos” (Brasil, 1998 , p.56).

Uma página apenas para falar sobre portadores de necessidades especiais! É muito pouco diante de um fato tão importante e recente como o processo de inclusão. Fala-se da falta de conhecimento, receio, preconceito, mas não se aprofunda o assunto e ainda enfatiza todos os cuidados, restrições e riscos ao se lidar com esses alunos. Os professores normalmente não estão preparados, e aí o que se faz? Na situação atual das escolas públicas e mesmo da população, como vai existir supervisão de especialistas como fisioterapeutas,

neurologistas,...? Essa é a realidade! Se isso for levado em conta, o processo de inclusão vai ficar só no papel.

-Curso Noturno...

“Pode-se afirmar que a não valorização da Educação Física nos cursos noturnos representa uma legalização da exclusão de cidadãos dos seus direitos de acesso a um universo de cultura,(...) os procedimentos de ensino e aprendizagem serão os mesmos do ensino diurno, cabendo as adaptações ao tempo das aulas e às características dos grupos”.

A Educação Física nos cursos noturnos tem de ser justificada e deixada bem clara a sua importância para sua permanência, pois na nova LDB ela torna-se facultativa, tanto para a escola como para o aluno.

-Avaliação no Ensino Fundamental...

“Os Parâmetros Curriculares Nacionais consideram que a avaliação deve ser de utilidade, tanto para o aluno como para o professor, para que ambos possam dimensionar os avanços e as dificuldades dentro do processo de ensino e aprendizagem e torna-lo cada vez mais produtivo.” (Brasil, 1998 , p.58)

O processo de avaliação sugerido se dá em três etapas: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação final.

“Os instrumentos de avaliação deverão:

- explicitar os objetivos específicos propostos pelo programa de ensino;
- situar alunos e professor dentro do processo de ensino e aprendizagem;
- considerar de forma integrada os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais;
- ser claro o suficiente para que o aluno saiba que, como e quando será avaliado;
- incluir a valorização do aluno, não apenas como auto-avaliação, mas também como aquele que opina sobre o processo que vivencia;
- reconhecer o desenvolvimento individual valorizando o aluno e contribuindo com a auto-estima;

- avaliar a construção do conhecimento como um processo;
- aferir a capacidade do aluno de expressar-se, pela linguagem escrita e falada, sobre a sistematização dos conhecimentos relativos a cultura corporal do movimento, e da sua capacidade de movimentar-se nas formas elaboradas por esta cultura” (Brasil, 1998, p.59).

-Instrumentos de avaliação...

Os instrumentos de avaliação estão diretamente relacionados com o grau de abordagem dos conteúdos em função dos objetivos propostos. Assim, os professores poderão construir inúmeros instrumentos de avaliação para cada conteúdo e para cada objetivo específico, como por exemplo:

- fichas de acompanhamento pessoal;
- relatório de uma atividade em grupo ou fichas de observação com critérios definidos sobre a participação e a contribuição no desenvolvimento de algumas atividades em grupo;
- relatório de apreciação de um evento esportivo ou de um espetáculo de dança, onde determinados aspectos fossem ressaltados;
- ficha de avaliação do professor quanto à capacidade do grupo de aplicar as regras de um determinado jogo, reconhecendo as transgressões e atuando com autonomia;
- dinâmicas de criação de jogos, produção e transmissão para outros grupos;
- relatórios ou fichas de observação e auto-avaliação sobre a participação na organização de um evento escolar ou para a comunidade;
- relatórios para avaliação das etapas em trabalhos sobre projetos;
- fichas de auto-avaliação mapeando o interesse sobre os diversos conteúdos, propiciando uma reflexão sobre interesse e avaliação. (Brasil, 1998, p.60; 61)

A avaliação em Educação Física deveria ser mais considerada, pensada em conjunto, alunos e professores, para tornar-se uma tarefa realmente significativa para o processo ensino e aprendizagem.

As sugestões apresentadas pelos PCNs devem ser analisadas pelos professores, e caberá a eles e aos alunos escolherem pela melhor forma de avaliação.

A avaliação é um processo realizado em conjunto, professores e alunos, portanto, a decisão de como ela deverá ser feita, também deveria ser feita conjuntamente. Os PCNs apresentam as idéias, os professores e alunos são quem decidem.

-Objetivos Gerais para o Ensino Fundamental...

“Espera-se que, ao final do ensino fundamental, os alunos sejam capazes de:

- participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais;
- repudiar qualquer espécie de violência, adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade nas práticas da cultura corporal de movimentos;
- conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais e étnicos;
- reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de melhoria da saúde coletiva;
- solucionar problemas de ordem corporal em diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades, considerando que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das competências corporais decorrem de perseverança e regularidade e que devem ocorrer de modo saudável e equilibrado;

- reconhecer condições de trabalho que comprometam os processos de crescimento e desenvolvimento, não as aceitando para si nem para os outros, reivindicando condições de vida dignas;
- conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e desempenho que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito;
- conhecer, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade do ser humano e um direito do cidadão, em busca de uma melhor qualidade de vida.” (Brasil, 1998, p.63)

Os objetivos englobaram muitos aspectos da vida do aluno, ficando muito difícil de serem atingidos ao final de um período pré-estabelecido. Esses devem ser uma construção ao longo de toda a vida da pessoa e não apenas através da Educação Física, portanto é impossível de se conseguir todos esses tópicos apresentados ao final do Ensino Fundamental, e deveria ser abolida a frase: “...os alunos sejam capazes de...”, isso mostra que alguns terão capacidade de, e outros não, julgando e classificando as pessoas por aspectos muito subjetivos da vida da pessoa.

Os critérios para a seleção dos conteúdos são: a relevância social, características dos alunos e especificidades do conhecimento da área.

-“Blocos de conteúdos”...

Os conteúdos estão organizados em três blocos, que deverão ser desenvolvidos ao longo de todo o ensino fundamental. A distribuição e o desenvolvimento dos conteúdos estão relacionados com o projeto pedagógico de cada escola e à especificidade de cada grupo.

Esportes, jogos, lutas e ginásticas	/ Atividades rítmicas e expressivas
Conhecimentos sobre o corpo	

(Brasil, 1998, p.68)

Conhecimentos sobre o corpo:

Este bloco diz respeito aos conhecimentos e conquistas individuais que subsidiam as práticas corporais expressas nos outros dois blocos e que dão recursos para o indivíduo gerenciar sua atividade corporal de forma autônoma. (Brasil, 1998 ,p. 68)

Esportes, jogos, lutas e ginásticas:

As delimitações utilizadas no presente documento têm o intuito de tornar viável ao professor e à escola operacionalizar e sistematizar os conteúdos da forma mais abrangente, diversificada e articulada possível. (Brasil, 1998 , p.70)

Atividades rítmicas e expressivas:

Este bloco de conteúdos inclui as manifestações da cultura corporal que têm como característica comum a intenção explícita de expressão e comunicação por meio de gestos na presença de ritmos, sons e da música na construção da expressão corporal (Brasil ,1998, p.71).

Taffarel (1997, p.49) comenta que esta divisão é arbitrária e não há uma fundamentação dos conteúdos.

Se esta divisão em blocos está relacionada ao projeto pedagógico da escola e à especificidade do grupo, então para que colocá-la nos PCNs, poderia ser deixado que cada escola decidisse como o fazer.

“Os PCN têm como proposta que o processo de ensino e aprendizagem nos ciclos finais considerem simultaneamente três elementos: a diversidade, a autonomia e as aprendizagens específicas” (Brasil, 1998, p.82).

Por que os conteúdos foram divididos dessa forma? Isso não é deixado muito claro.

-Organização dos conteúdos...

“Os conteúdos de aprendizagem serão apresentados dentro dos blocos, segundo sua categoria conceitual (fatos, princípios e conceitos), procedimental (ligados ao fazer), e atitudinal (normas, valores e atitudes), o que permite a identificação mais precisa das intenções educativas” (Brasil, 1998, p.73).

Os conteúdos dos blocos são organizados em dois itens: o primeiro trata dos conteúdos atitudinais, e o segundo agrupa conteúdos conceituais e procedimentais.

Em seguida, os conteúdos conceituais (conceitos e princípios) e procedimentais são distribuídos nas especificidades de cada bloco.

Para que tanta especificidade na divisão dos conteúdos, na sua organização? Como se trata de um “parâmetro”, uma das formas de pensar um planejamento das aulas, ele deveria fazer indicações, dar sugestões e mais idéias, e não desenvolve-los completamente.

Ao falar da realidade brasileira, não é sequer mencionada as questões sócio-culturais, é como se essas diferenças não existissem. Como se pode falar em educação sem falar em diferenças sociais? No texto apenas aparecem questões como diferenças de idade, número de professores, mercado de trabalho, adolescência, e só.

“Na pior das hipóteses, o contexto escolar dispõe de um tempo e de um espaço que, mesmo quando inadequados, precisam ser bem aproveitados. A educação física não pode reproduzir a miséria da falta de opções e perspectivas culturais, nem ser cúmplice de um processo de empobrecimento e descaracterização social”. (Brasil, 1998, p.83)

Essa frase representa o descaso com as condições das escolas do país, e ainda parece que a culpa se a Educação Física não for realizada é do professor, por falta de vontade.

-Objetivos para terceiro e quarto ciclos...

“Espera-se que ao final do quarto ciclo os alunos sejam capazes de:

- participar de atividades de natureza relacional, reconhecendo e respeitando suas características físicas e de desempenho motor, bem como a de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais e sociais. Apropriar-se de processos de aperfeiçoamento das capacidades físicas, das habilidades motoras próprias das situações relacionais,

aplicando-os com discernimento em situações-problema que surjam no cotidiano;

- adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade na prática dos jogos, lutas e dos esportes, buscando encaminhar os conflitos de forma não-violenta, pelo diálogo, e prescindindo da figura do árbitro. Saber diferenciar os contextos amador, recreativo, escolar, profissional, reconhecendo e evitando o caráter excessivamente competitivo em quaisquer desses contextos;
- conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal, adotando uma postura despojada de preconceitos ou discriminações por razões sociais, sexuais ou culturais. Reconhecer e valorizar as diferenças de desempenho, linguagem e expressividade decorrentes, inclusive, dessas mesmas diferenças culturais, sexuais e sociais. Relacionar a diversidade de manifestações da cultura corporal de seu ambiente e de outros, com o contexto em que são produzidas e valorizadas;
- aprofundar-se no conhecimento dos limites e das possibilidades do próprio corpo de forma a poder controlar algumas de suas posturas e atividades corporais com autonomia e valorizá-las como recurso para melhoria de suas aptidões físicas. Aprofundar as noções conceituais de esforço, intensidade e frequência por meio do planejamento e sistematização de suas práticas corporais. Buscar informações para seu aprofundamento teórico de forma a construir e adaptar alguns sistemas de melhoria de sua aptidão física;
- organizar e praticar atividades corporais, valorizando-a como recurso para usufruto do tempo disponível, bem como ter a capacidade de alterar ou interferir nas regras convencionais, com o intuito de torná-las mais adequadas ao momento do grupo, favorecendo a inclusão dos praticantes. Analisar, compreender e manipular os elementos que compõem as regras como instrumentos de criação e transformação;
- analisar alguns dos padrões de beleza, saúde e desempenho presentes no cotidiano, e compreender sua inserção no contexto sociocultural em que são

produzidos, despertando para o senso crítico e relacionando-o com as práticas da cultura corporal de movimento;

- conhecer, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promoção de atividades corporais e de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade do ser humano e um direito do cidadão, em busca de uma melhor qualidade de vida” (Brasil, 1998, p.90)

Da mesma forma que os objetivos do Ensino Fundamental, os objetivos para terceiro e quarto ciclos são abrangentes e complexos, estando além da formação escolar, apenas.

-Conteúdos para terceiro e quarto ciclos ...

São divididos em Atitudes, Conceitos e Procedimentos sobre: Conhecimentos sobre o corpo; Esportes, jogos, lutas e ginásticas; Atividades rítmicas e expressivas encontradas nas páginas 91 a 99 do PCN de Educação Física.

Os conteúdos apresentam opções para os professores, mas da mesma maneira limitam. Os professores que deverão optar e criar a partir do que foi apresentado a eles.

Pareceu, também, que foi muito enfatizada a questão da aptidão física, condicionamento físico, principalmente no bloco de Conhecimentos sobre o Corpo. Na realidade, esse pode se tornar um fator de exclusão.

-Avaliação no terceiro e quarto ciclos...

“O processo de avaliação no terceiro e no quarto ciclos deve levar em consideração a faixa etária dos alunos e o grau de autonomia e discernimento que possuem”. É importante que fique bem claro para os alunos. (Brasil, 1998 , p.101)

-Critérios de avaliação...

“-realizar as práticas da cultura corporal do movimento;

-valorizar a cultura corporal de movimento;

-relacionar os elementos da cultura corporal com a saúde e a qualidade de vida.”

(Brasil, 1998, p.101;102)

Taffarel (1997, p.52) também critica a forma de avaliação presente nos PCN de Educação Física, dizendo ser “atrasada, equivocada e limitante” e que “não são relacionados com a organização do conhecimento em ciclos e com os objetivos, de forma lógica”. Realmente a avaliação não é feita relacionando os blocos, nem conforme atitudes, conceitos e procedimentos, mas lembrando que esse comentário é sobre a versão de 1996 dos PCNs.

-Orientações didáticas...

Mídia, apreciação e crítica:

“Pela sua importância e influência nas práticas da cultura corporal de movimento, a mídia precisa ser objeto explícito de ensino e aprendizagem na Educação Física, tanto como meio (educar com a mídia) quanto como fim (educar para a mídia), tendo como finalidade última capacitar o aluno a uma apreciação crítica em relação a ela.” (Brasil, 1998 , p.103)

O ponto é muito importante, mas o próprio professor tem uma apreciação crítica com relação à mídia? Deve-se ter cuidado para não piorar as coisas, utilizando a mídia e distorcendo sua utilização educativa.

Olhar sobre os conteúdos:

“Considerar a condição social e as características dos alunos pressupõe clareza na compreensão de como se articulam o cultivo dos diversos aspectos das manifestações da cultura corporal de movimento e desenvolvimento das potencialidades individuais de cada aluno na relação cm esse universo de conhecimento.” (Brasil, 1998, p.105)

O PCN Educação Física não dá conta de garantir que estas tarefas sejam cumpridas, mas, achamos também não ser esse o seu papel, porém, da forma como é apresentado, com

conteúdos e objetivos definidos, não parece haver uma disposição dos PCNs em se abrir para novas discussões e abordagens da Educação Física escolar.

O PCN-EF em si restringe a atuação do professor, não lhe mostrando outras possibilidades. Por isso, para muitos especialistas da área, o documento é contraditório pois em vez de “ampliar e aprofundar um debate educacional”, se fecha a uma única abordagem, deixando de lado todos os trabalhos já realizados na área. Soares (1997, p.76) questiona se “cabe a um PCN de área desenvolver toda sua argumentação a partir de uma única abordagem”. Existem muitos autores com abordagens diferentes, dissertações de mestrado, teses de doutorado, toda essa produção não pode ser ignorada por um documento do governo que atingirá todo o país.

Outra contradição existente é adotando a cultura corporal do movimento como conceito e conteúdo da educação física escolar, fica incoerente falar tanto de capacidade física, desenvolvimento motor, aptidão física, nos objetivos dos ciclos. Esse ponto deve ser revisto e pensado por quem vai utilizar os PCNs, e mesmo pelos seus elaboradores.

O lado bom é que apresentou os conteúdos da cultura corporal, dando maiores possibilidades de conteúdos para os professores, independente da região do país, mas mesmo assim os PCNs não devem ter caráter universal, pois mesmo a formação dos professores é diferente.

No parecer sobre os PCN, Souza, Mendes e Vago (1997, p.65) disseram “em relação à Educação Física, não se pode chamar “Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física” um documento que pretende definir as características, a importância social, os critérios de seleção e de organização dos conteúdos, os objetivos gerais e a forma de avaliação da área. Um documento assim pretende conformar um currículo nacional de Educação Física; não se resume em indicar ‘parâmetros’, mas tenta definir e implantar um currículo nacional para a Educação Física.”

Parece existir um consenso dos especialistas que deram seus pareceres sobre os PCN ou escreveram sobre eles. Todos apontaram falhas, problemas gravíssimos com todo conteúdo, tanto na Introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais como no documento específico da área de Educação Física.

Não são constatações irrelevantes, pois os que falaram sobre os PCNs são especialistas em Educação e conhecem toda trajetória da Educação Física. Portanto,

devemos levar em conta suas posições e ver também, agora, a opinião dos professores que muitas vezes, não tem esse aprofundamento teórico, e receberam este documento na escola em que dão aula e, muitas vezes, é o único material a que têm acesso.

Para Taffarel (1997,p.57), a construção dos PCNs no Brasil representa a ingerência e o controle ideológico do Estado e das elites dirigentes, articulados ao projeto neoliberal, que tem em seus agentes financeiros, como o Banco Mundial, baluartes do capitalismo. Deve, portanto, encontrar resistência política em sua implementação”. Não se sabe até que ponto está realmente havendo essa resistência.

Após todas estas considerações, apresentamos a resolução tomada no I Congresso Nacional de Educação, em 1996 (apud Terra, Palafox, 1997, p.23)

“Somos do parecer de que os Parâmetros Curriculares Nacionais sejam rejeitados para qualquer âmbito no campo educacional por não atenderem às necessidades pluriculturais da sociedade brasileira e por desconsiderarem as iniciativas dos educadores que reconhecem e valorizam as diversidades socioeconômicas, regionais e culturais da comunidade atendida, sobretudo no âmbito da escola pública”.

Sendo assim, percebemos o papel fundamental do professor na sua prática diária, construindo junto com os demais professores e toda comunidade a verdadeira educação, aquela fundamentada na realidade local, no conhecimento do professor e nos estudos e pesquisas já existentes. Os PCNs devem existir como uma opção entre muitas, servindo de apoio aos professores. “Assim, um de nossos desafios é pensar e praticar maneiras de organizar o ensino de Educação Física que considerem, mantenham e ampliem princípios norteadores que vêm sendo construídos nas discussões acumuladas entre os professores da área, nos últimos anos, dos quais pensamos não ser possível abrir mão” (Sousa e Vago, 1999).

3-Pesquisa de Campo

3.1- Metodologia

Foram utilizadas para este trabalho entrevistas com cinco professores de Educação Física de 5ª a 8ª séries (3º e 4º ciclos) de cinco escolas públicas da cidade de Jundiá, sendo essas escolas as maiores e mais centrais da cidade, no período de agosto e setembro de 2001.

Foi feito um roteiro de entrevistas que segundo (Goode e Hatt, 1977) “é uma lista de pontos ou tópicos que é permitida apreciável flexibilidade quanto à maneira, ordem e linguagem obedecidas pelo entrevistador ao propor as questões”. Por isso, “...a entrevista usa uma grande proporção de questões não estruturadas ou abertas”.

Nesse caso as perguntas foram conduzidas conforme as respostas dadas, analisando a necessidade de se fazer novas perguntas, a partir das respostas dadas nas questões anteriores. A entrevista foi gravada e seu conteúdo transcrito na íntegra para ser analisado.

A análise das entrevistas foi feita através da comparação das respostas, levando em conta a idéia principal de cada pergunta, pois sendo perguntas semi-estruturadas, elas não eram iguais.

Foi criada para isso uma espécie de código qualitativo no qual “o objetivo é construir um grupo de instruções que permitirá a outros classificar esses comentários em tipos que são relevantes para a pesquisa. Como, ordinariamente, não se pode esperar exatamente as mesmas palavras, o que se faz é buscar um **significado** equivalente. Para fazer isso, as frases e elementos que indicam claramente a classe apropriada são enumerados e verificados, procurando-se ver se as várias pessoas ao usar o código obtêm os mesmos resultados” (Goode e Hatt, 1977, p.411).

3.2- As entrevistas

- Sujeito 1

Escola: EEPsG Cel. Siqueira de Moraes

Pergunta 1: Há quanto tempo você dá aula nessa escola?

Resposta: Estou nessa escola há um ano.

Pergunta 2 : Você tem acesso aos PCNs de Educação Física, sabe o que é, utiliza?

Resposta : Sim, aqui a escola trabalha em cima dos PCNs, todas as disciplinas, o planejamento é feito no começo do ano, três dias antes das aulas, e é feito primeiro por áreas afins e depois por disciplina.

Pergunta 3 : O que você acha dele, ele é bom, melhora as aulas?

Resposta : Ele é muito bom, dá mais abertura para a gente, e é bem abrangente. Ele enfatiza bastante a questão da inclusão, “que nem” nessa aula de hoje, no começo dei um pega-pega com todo mundo, depois sentamos num círculo e fizemos uma brincadeira com bola. Depois separamos, alguns ficaram jogando tênis de mesa, os meninos estão jogando futsal, depois entram as meninas, tem outra bola que as meninas ficam jogando enquanto isso.

Pergunta 4 : O que eles têm de bom?

Resposta : Tudo. O mais importante é que caiu o conceito de aptidão física, principalmente para a Educação Física onde privilegia agora uma cultura corporal do movimento...A gente desenvolve as habilidades motoras deles aproveitando as características de cada um.

Sujeito 2

Escola: EE Conde do Parnaíba

Pergunta 1 : Você dá aula há quanto tempo nessa escola?

Resposta : Nessa escola há 5 anos.

Pergunta 2 : Você tem acesso aos PCNs, conhece, tem contato?

Resposta : A gente tem contato, mas é muito superficial, também não tem como você investigar porque é complicado pra quem trabalha com educação no estado, quem trabalha só no estado não tem como estudar.

Pergunta 3 : Então você não usa os PCNs?

Resposta : Não tem como usar, porque o que acontece, quando você não tem a escola organizada, caminhando mais ou menos, não é corretamente, você consegue aplicar certas coisas, mas do jeito que está hoje em dia, você não aplica nada. É complicado, hoje isso virou um local de você estar se preocupando com quem não está estudando.

Pergunta 4 : Você tenta fazer um planejamento, e nesse planejamento, você tenta colocar alguma coisa...?

Resposta : A gente tenta fazer a interdisciplinaridade, a gente tenta amarrar uma matéria com outra, a gente tenta fazer um trabalho conjunto entre os professores, a gente tentou fazer um campeonato interclasses, pra que isso aí, pra tentar fazer alguma coisa render, porque aí se uma classe não se comporta, ela não joga, porque a escola também não tem nada a oferecer, então quando você tem alguma coisa para trocar com o aluno, então dá pra você colocar em prática o seu planejamento. Você sente, planeja, faz as diretrizes do seu trabalho, se você conseguir que você não tenha grandes problemas de indisciplina, se você tem alunos que não queiram trabalhar, ótimo, desde que eles não atrapalhem aqueles que queiram. O adolescente tomou conta da sociedade, isso não podia acontecer. Toda aula você vai brigar? Aí não adianta ter PCNs que eles não podem ser aplicados, eu não sei onde eles estão sendo aplicados....O PCN virou, vai virar uma coisa burocrática. As escolas não tem estrutura para seguir os PCNs, a minha não tem. Chegar aí e jogar a bola não é Educação Física, qualquer dono de boteco chega aí e joga uma bola. A Educação Física tem muito mais coisa, por isso que eu acho que a nossa matéria é a mais importante. Você vê, a gente trabalha primeiros socorros, cuidados do corpo, a gente precisa resgatar um pouco mais a parte social, humana da coisa, as aulas estão muito defasadas.

Pergunta 5 : Você acha se seria legal estar colocando os PCNs?

Resposta : Eu acho. É uma tentativa. Quando não tinha Educação Física no período de aula, eu era a favor de fazer no mesmo período das aulas...a escola tem que refletir tudo. Não adianta você vir com modelo de ensino. A escola perdeu os princípios, não tem mais finalidade...o PCN vem com uma proposta meio fantasiosa...aqui o 3º colegial tem uma aula de 50 minutos, o que você faz com uma aula? Ontem eu tive uma aula com 80 alunos aqui...eu vou dar uma aula de ginástica por semana, não dá, tem que ter uma continuidade, se em vez de esporte fosse dado ginástica na escola, a participação ia ser maior, você deixaria o esporte a parte.

Sujeito 3

EEPSG Bispo Gabriel Paulino Couto

Pergunta 1: Há quanto tempo dá aulas nessa escola?

Resposta : Estou nessa escola há 10 anos.

Pergunta 2 : Você conhece, usa os PCNs?

Resposta: Ah, sim, eu tenho ele comigo desde que foi lançado e uso as coisas que acho interessantes. Ele tem muitas coisas ruins, mas coisas boas também.

Pergunta 3 : O que você acha dele?

Resposta : Se for pra dar um valor de bom ou ruim, ele é bom, não é ótimo, qualquer coisa que a gente tenha em mãos para ajudar é bom, aí a gente pega o que interessa e adapta, isso é o que mais fazemos, adaptar. O problema é que não temos condições de seguir tudo o que ele propõe, a escola não tem condições , por isso ele é meio fantasioso. Aqui, esses materiais que você está vendo eu que comprei, bolas de vôlei, de handebol, as redes de vôlei, jogo de camisa, na verdade, eu “patrocino” minhas aulas.

Sujeito 4

EEPG Rotary Club

Pergunta 1 : Há quanto tempo dá aulas nessa escola?

Resposta : Eu estou aqui faz um mês e meio, comecei agora e vou ficar só até dezembro.

Pergunta 2 : Você conhece, tem acesso aos PCNs?

Resposta : Conheço, tenho acesso, é utilizado e tem várias maneiras de ser trabalhado.

Acho que ele é importante, e a utilização no meu caso, a dificuldade seria na parte de lutas, que é mais dificultoso de trabalhar de 5ª a 8ª série na escola, que fica na faixa de 40 alunos.

Pergunta 3 : Como você coloca os PCNs no seu planejamento?

R: Não coloco de maneira completa, eu uso de acordo com que eu consigo captar. A gente vai colocando dependendo da necessidade de cada clientela, porque depende a série, tem uma necessidade, que você acaba colocando mais. É uma coisa assim, que é muito importante que eu trabalho muito é a auto-estima, conversar muito com os alunos, porque eles têm muita falta de carinho, têm muita carência afetiva, eles não têm diálogo. Acho então que a auto-estima, a ética deles, a valorização deles mesmos, de se olharem, de dar importância a eles próprios.

Pergunta 4 : Você acha que ele é bom, que veio para ajudar?

Resposta : Veio para melhorar, pra gente ter uma sequência do que realmente a 5ª a 8ª série, no caso, precisaria, uma continuidade, para todos os professores trabalharem mais ou menos igual.

Pergunta 5 : O que os PCNs têm de bom e de ruim? Como ele é pra você?

Resposta : Ele é bom, mas, às vezes, eu acho o PCN complexo pra ser entendido, assim, algumas partes dele que a gente fala, em sala de aula eu acho que isso não vai dar certo, só que pode até tentar, mas tem muita coisinha assim que parece que quem escreveu não estava na sala de aula. É fácil escrever e pensar, o negócio é colocar em prática.

Sujeito 5

EEPG Prof. Francisco Napoleão Maia

Pergunta 1 : Há quanto tempo você dá aula aqui, nessa escola?

Resposta : Aqui no Napoleão há dez anos.

Pergunta 2 : Sobre os PCNs, você conhece, tem acesso?

Resposta : Conheço, nosso planejamento é feito em cima dos PCNs.

Pergunta 3 : Então você usa?

Resposta : Não, assim, eu mesclo muita coisa. Não trabalho só em cima dos PCNs.

Pergunta 4 : Como você o utiliza no seu planejamento?

Resposta : Eu utilizo a parte de temas transversais, os projetos que nós desenvolvemos são em cima dos PCNs. Porque tem a parte de pluralidade cultural que entra folclore, as danças folclóricas, as nossas descendências, né, então tudo isso tá dentro dos PCNs, e é nessa parte que eu entro, a parte de orientação sexual, tem que trabalhar muito. E trabalhamos dentro do esporte, mesclando esporte com educação. A parte do esporte vamos desenvolvendo regras, normas, ética. Então, a gente dá uma parte teórica pra eles, já baseados dentro das regras do esporte, fazendo eles trazerem essas regras para a vida cotidiana deles.

Pergunta 5 : O que você acha dos PCNs? O que eles têm de bom, de ruim?

Resposta : Tudo tem seu lado positivo e seu lado negativo. Eu considero ele bom. Nós tentamos aproveitar mais o lado positivo, que seria o roteiro dos temas transversais, porque se eu fosse colocar isso no planejamento, eu não saberia dividir, já o PCN ajuda muito a gente. Eu acho que ele ajuda muito os professores, sabe, ele dá, como já diz, é parâmetro curricular, um parâmetro bem amplo pra gente poder tá trabalhando com os alunos. Sabe, principalmente no ensino fundamental.

3.3- A Análise

Levando em consideração as respostas dadas às perguntas, foram encontradas três perguntas chaves que consideram os pontos mais importantes da pesquisa. As perguntas são:

- 1- Há quanto tempo dá aulas nessa escola?
- 2- Você conhece o PCN-EF? Utiliza?
- 3- O que você acha do PCN-EF?

As respostas para estas perguntas são dadas em mais de uma resposta, portanto algumas delas foram arranjadas de acordo com os pontos em comum. As respostas ficaram da seguinte forma:

Resposta à pergunta chave 1:

Sujeito 1, pergunta 1: Um ano.

Sujeito 2, pergunta 1: Cinco anos.

Sujeito 3, pergunta 1: Dez anos.

Sujeito 4, pergunta 1: Um mês e meio.

Sujeito 5, pergunta 1: Dez anos.

Resposta à pergunta chave 2:

Sujeito 1, pergunta 2: O planejamento de todas as disciplinas da sua escola é feito em cima dos PCNs.

Sujeito 2, perguntas 2 e 3: O professor tem contato, mas superficialmente. Não usa os PCNs.

Sujeito 3, pergunta 2 : O professor usa o que acha mais interessante, principalmente os objetivos, diz não ter condições de seguir tudo o que ele propõe.

Sujeito 4, pergunta 2: O professor conhece, tem acesso, é utilizado e tem várias maneiras de ser trabalhado. Não usa de maneira completa, usa de acordo com o que consegue captar.

Sujeito 5, perguntas 2 e 3: O professor conhece, o seu planejamento é feito em cima dos PCNs. Ele mescla muita coisa, não trabalha só em cima dos PCNs.

Resposta à pergunta chave 3:

Sujeito 1, pergunta 3 e 4: Para esse professor ele é muito bom, tudo nele é bom.

Sujeito 2, perguntas 4 e 5: Para ele o PCN vem com uma proposta meio fantasiosa. O PCN virou, vai virar uma coisa burocrática, as escolas não tem estrutura para seguir os PCNs, pelo menos a dele não tem.

Sujeito 3, pergunta 3: Ele é bom, qualquer coisa que venha ajudar é bom. O professor acha que ele é meio fantasioso.

Sujeito 4, perguntas 4 e 5: Acha que ele é importante (pergunta 2), que veio para melhorar, para dar uma sequência, pra todos os professores trabalharem mais ou menos igual. Ele é bom, mas, às vezes, ele é complexo, parece que quem escreveu não tava na sala de aula.

Sujeito 5, pergunta 5: O professor acha que ele ajuda muito os professores, considera-o bom.

Com relação à primeira pergunta, os professores têm tempos diferentes de trabalho nas escolas, uma diferença que vai de um mês e meio a dez anos, mas isso não mostrou influenciar muito no conhecimento dos PCNs. Todos falaram de uma maneira que aparentemente conheciam os PCNs, apareceram em seus discursos palavras muito “na moda”, como: inclusão, interdisciplinaridade, cultura corporal do movimento. Isso pode ser reflexo de outros trabalhos lidos e da própria mídia, não necessariamente dos PCNs. Algo que realmente poderia ter influência no conhecimento dos PCNs era o tempo de formado dos professores, mas esse ponto não foi pesquisado.

Os cinco professores disseram conhecer os Parâmetros Curriculares Nacionais, mas não aprofundaram comentários sobre eles.

Quatro dos cinco professores afirmaram utilizar os Parâmetros Curriculares Nacionais em suas aulas, três deles falando que não o utilizam totalmente, mas adaptando conforme as possibilidades e necessidades da escola.

Quatro dos cinco professores responderam que os PCNs são bons, que ajudam nas aulas. Um dos professores falou que ele é fantasioso, que vai virar algo burocrático, que é fora da realidade.

Um dos professores também comentou que ele é complexo, dando a entender que os autores não conheciam a realidade das escolas.

Todos os professores afirmaram nas entrevistas que conhecem os Parâmetros Curriculares Nacionais, e esses parâmetros chegaram até eles através da escola.

As respostas obtidas nas entrevistas foram, de uma maneira geral, muito simples e superficiais, não confirmando se realmente os professores conhecem os Parâmetros Curriculares Nacionais. Faltou, por parte dos professores, comentários e opiniões mais consistentes sobre os PCNs, mas isso é algo compreensivo, pela forma como os PCNs chegaram as escolas, sem maiores esclarecimentos, e mesmo, esses comentários refletem o desconhecimento do que são e do que contém os PCNs.

Algo também que influenciou as respostas foi a maneira como foram apresentadas as perguntas, muito abertas, talvez se fossem mais direcionadas e específicas os professores respondessem com maior profundidade.

A impressão que ficou foi que esses professores receberam os Parâmetros sem nenhum esclarecimento ou explicação do que e de como podem ser trabalhados e foram “obrigados” a estarem utilizando, ou pelo menos, dizer ou “fingir” que estão utilizando.

Essa é a idéia que o Governo passou quando apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais. Isso foi confirmado nas entrevistas, pois dizer apenas que “conhecem” os PCNs e acham “bons”, não é suficiente para afirmar a compreensão e utilização deles por parte dos professores.

Apesar de tudo, os PCNs não deixam de ser uma ajuda para os professores, pois eles, como pareceu na entrevista, não estão ficando presos a eles, mas sim, supostamente escolhendo algumas das partes que mais interessam.

Essa pesquisa conseguiu atingir seus objetivos, verificando que o trabalho do governo está tendo em divulgar os PCNs está funcionando, mas sem um compromisso com

a educação, pois os professores parecem meio sem saída e se vêem obrigados a utilizar os PCNs, lembrando sempre que eles são apenas uma das possibilidades para o planejamento, sendo opcional sua utilização. Está faltando ainda muito esclarecimento para as escolas e professores, o que poderia gerar um trabalho muito mais relevante e rico em possibilidades, se os professores realmente conhecessem e tivessem condições de estar discutindo e utilizando criticamente os Parâmetros Curriculares Nacionais.

4-Considerações Finais

Essa pesquisa, feita buscando tirar algumas das dúvidas surgidas durante o curso de graduação, foi muito significativa, primeiro por ter me colocado em contato com a realidade de algumas das escolas públicas da minha cidade e saber o que posso vir a enfrentar futuramente.

Outra questão é ter vivido a experiência de fazer um trabalho científico, partindo de uma dúvida pessoal, ter ido buscar livros, escolas, formular questões, um texto, isso foi muito rico para mim.

As respostas obtidas, a conclusão a que chegamos nem sempre são as que esperamos, mas, mais importante que isso, é todo o processo que levou a chegarmos a ela.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.9394/96, de 20/12/1997.

----, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

----, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITO, V. L. A. de. A Educação Física e a construção de uma nova escola, na ótica da LDB. In: CBCE (Org.). Educação Física Escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf, 1997.

CASTELLANI FILHO, L. Pelos meandros da Educação Física. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, p. 119-125, maio, 1993.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (Org.). Educação Física escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf, 1997.

GALLARDO, J. S. P. (Coord.) Educação Física: Contribuições à formação profissional. 2ª ed.. Ijuí. Ed. UNIJUÍ, 1997.

GOODE, W. J., HATT, P. K. Métodos em pesquisa social. Tradução de Carolina Marturcelli Bori. 6ª edição. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

MENDES, C. L, SOUSA, E. S, VAGO, T. M. Parecer sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: CBCE (Org.). Educação Física Escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf: 1997.

PALAFOX, G. H. M, TERRA, D. V. Parecer sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: CBCE (Org.). Educação Física Escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf, 1997.

SOARES, C. L. Educação Física Escolar: Conhecimento e Especificidade. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996.

-----, Parâmetros Curriculares Nacionais e a Educação Física Escolar. In: CBCE (Org.). Educação Física Escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf, 1997.

SOUZA, E. S de., VAGO, T. M. A nova LDB: repercussões no ensino da Educação Física. Revista Presença Pedagógica. v.3, n. 16, jul/ago. 1997.

TAFFAREL, C. N. Z. Os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: CBCE (Org.). Educação Física Escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf, 1997.

SITES:

“Síntese dos PCNs”. Disponível em: http://www.edial.com.br/apres_sintpcns.html. Acesso em: 07/10/01

“Mec quer contratar ‘tradutores’ para PCNs”. Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/edição/pano/99/10/02/ger557.html>. Acesso em: 07/10/01

“Parâmetros em Ação”. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/educacao/parametros.html>. Acesso em: 07/10/01

“Parâmetros Curriculares na Escola Ativa”. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/acs/jornalis/abr/noticias.shtm>. Acesso em : 07/10/01